

ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL EXERCÍCIO DE SALVAÇÃO

Rua Juá, 264 - Saúde - São Paulo/SP - CEP 04138-020
 CNPJ 43.898.923/0001-15

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)			PASSIVO				
ATIVO	N. E.	2020	2019	N. E.	2020	2019	
CIRCULANTE		4.566.181	3.823.891	CIRCULANTE	08	20.319.613	20.141.622
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	04	2.540.240	1.075.854	Obrigações Trabalhistas		397.683	390.690
Caixa		70.676	4.616	Obrigações Fiscais e Sociais a Rec		193.765	178.383
Bancos Conta Movimento		2.164.215	760.556	Obrigações Tributárias a Recolher		109.679	23.522
Bancos Conta Aplicações C/Prazo		305.349	310.683	Fornecedores		864.705	458.297
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	05	782.390	426.311	Subvenções e/ou Convênios a Realizar	12	746.154	1.970.554
Clientes		412.647	150.897	Provisões Sociais e Trabalhistas		971.543	1.049.602
Créditos Diversos		369.743	275.415	Subvenções e/ou Convênios a Realizar	12	746.154	1.970.554
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	05	1.243.551	2.321.726	NÃO - CIRCULANTE	14	3.431.570	2.019.935
Antecipação a Colaboradores		151.930	183.007	Provisões - Passivo Contingente	14	2.742.850	586.621
Pagamentos Antecipados		345.468	168.165	Subvenções e/ou Convênios a Realizar LP	12	688.720	1.433.314
Subvenções e/ou Convênios a Receber	12	746.154	1.970.554	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09	25.757.693	26.331.892
NÃO - CIRCULANTE		44.942.695	44.669.557	Patrimônio Social		5.017.440	6.570.842
Realizável a Longo Prazo	06	1.091.143	1.467.545	Ajuste de Avaliação Patrimonial		21.314.452	21.641.886
Valores mobiliários a receber		-	30.231	Superávit / Déficit do Exercício		(574.199)	(1.880.836)
Empréstimos a Receber Intersociadas		402.423	4.000				
Subvenções e/ou Convênios a Receber LP	12	688.720	1.433.314	TOTAL DO PASSIVO		49.508.876	48.493.448
IMOBILIZADO	07	43.851.552	43.202.012				
Bens em Uso		49.803.567	49.665.681				
Construções em Andamento		1.885.128	753.646				
(-) Depreciação Acumulada		(7.837.143)	(7.217.315)				
TOTAL DO ATIVO		49.508.876	48.493.448				

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E/OU DÉFICIT DOS PERÍODOS (EM REAIS)			N. E.	2020	2019
RECEITA BRUTA SERVIÇOS					
1 - Receita Bruta Prestação Serviço Educacional:		2.156.823	3.163.229		
(+) Subvenções e/ou Convênios Públicos p/Custeio (NBC TG 07)	12	1.554.475	1.562.013		
(+) Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio (ITG 2002)	16	159.102	1.210.991		
(+) Receitas Internas		4.283	12.613		
(+) Rendimento s/ Aplicações Financeiras	04 - b	1.859	2.177		
(+) Receita de Isenção Usufruída	17 e 18	437.103	366.795		
(+) Receitas Trabalho Voluntário	21	-	8.640		
1.2 Receita Líquida de Prestação Serviço Educacional		2.156.823	3.163.229		
1.4 (=) Superávit/Déficit Bruto Serviço Educacional		2.156.823	3.163.229		
1.5 (-) Despesas Operacionais Área Educacional:		(2.366.740)	(3.374.923)		
1.5.1 (-) Despesas Administrativa e Operacional:		(2.366.740)	(3.374.923)		
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos		(1.503.686)	(2.150.726)		
(-) Benefícios		(108.706)	(223.224)		
(-) Despesas Administrativas		(245.115)	(297.127)		
(-) Manutenção		(7.344)	(85.249)		
(-) Depreciação/Amortização		(11.759)	(11.693)		
(-) Gerais		(12.911)	(46.129)		
(-) Despesas Financeiras		(13.310)	(15.248)		
(-) Manutenção Veículos		(10.234)	(167.648)		
(-) Despesas Tributárias		(17.192)	(2.444)		
(-) Despesa de Isenção Usufruída	17 e 18	(437.103)	(366.795)		
(-) Despesa de Trabalho Voluntário	21	-	(8.640)		
1.6 (=) Superávit/Déficit do Educacional		(209.917)	(211.694)		
2 - (=) Receita Bruta Prestação Área Social:		9.751.248	7.347.829		
(+) Subvenções e/ou Convênios Públicos p/Custeio (NBC TG 07)	12	916.215	1.525.986		
(+) Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio (ITG 2002)	16	7.279.212	4.128.929		
(+) Receitas Internas		113.686	115.415		
(+) Rendimento s/ Aplicações Financeiras	04 - b	6.223	22.971		
(+) Receita de Isenção Usufruída	17 e 18	1.222.524	834.974		
(+) Receitas Trabalho Voluntário	21	213.388	719.559		
2.2 Receita Líquida de Prestação Área Social		9.751.248	7.347.829		
2.4 (=) Superávit/Déficit Bruto Área Social		(9.881.899)	(14.484.766)		
2.5 (-) Despesas Operacionais Área Social:		(9.881.899)	(14.484.766)		
2.5.1 (-) Despesas Administrativa e Operacional:		(9.881.899)	(14.484.766)		
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos		(3.528.950)	(6.065.029)		
(-) Benefícios		(380.015)	(833.776)		
(-) Despesas Administrativas		(2.200.270)	(2.257.047)		
(-) Manutenção		(29.573)	(418.213)		
(-) Depreciação/Amortização		(524.504)	(468.424)		
(-) Gerais		(1.479.347)	(1.932.611)		
(-) Despesas Financeiras		(57.279)	(126.296)		
(-) Manutenção Veículos		(211.163)	(720.485)		
(-) Despesas Tributárias		(34.887)	(108.357)		
(-) Despesa de Isenção Usufruída	17 e 18	(1.222.524)	(834.974)		
(-) Despesa de Trabalho Voluntário	21	(213.388)	(719.559)		
2.6 (=) Superávit/Déficit do Área Social		(150.651)	(1.736.938)		
3 - (=) Receita das Atividades Sustentáveis:		17.823.762	17.551.571		
(+) Receita das Atividades Sustentáveis		15.584.916	15.624.727		
(+) Rendimento s/ Aplicações Financeiras	04 - b	12.277	98		
(+) Receita de Isenção Usufruída	17 e 18	2.226.570	1.926.746		
3.2 Receita Líquida de Atividades Sustentáveis		17.823.762	17.551.571		
3.4 (=) Superávit Bruto das Atividades Sustentáveis		(18.057.393)	(12.083.775)		
3.5 (-) Despesas Operacionais Atividades Sustentáveis:		(18.057.393)	(12.083.775)		
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos		(6.448.066)	(3.738.615)		
(-) Benefícios		(2.014.948)	(1.536.209)		
(-) Despesas Administrativas		(3.501.166)	(3.699.747)		
(-) Despesas de Produção		(1.276.107)	(243.448)		
(-) Manutenção		(25.683)	(368.549)		
(-) Depreciação/Amortização		(83.565)	(83.250)		
(-) Gerais		(1.403.751)	4.550		
(-) Despesas Financeiras		(267.239)	(297.970)		
(-) Manutenção Veículos		(774.292)	(154.120)		
(-) Despesas Tributárias		(36.457)	(39.670)		
(-) Despesa de Isenção Usufruída	17 e 18	(2.226.570)	(1.926.746)		
(-) Despesa de Trabalho Voluntário	21	-	-		
3.6 (=) Superávit/Déficit do Operacional Atividades Sustentáveis		(233.630)	5.467.796		
(=) Superávit/Déficit do Período (toda Entidade)		(574.199)	(1.880.836)		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)				
Contas Especificações	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Reserva de Reavaliação	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.692.794	(2.394.815)	21.914.747	28.212.729
Transferido p/ patrimônio	(2.394.815)	2.394.815	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação	272.862	-	(272.862)	-
Déficit em 2019	(1.880.836)	(1.880.836)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.570.841	(1.880.836)	21.641.886	26.331.892
Transferido p/ patrimônio	(1.880.836)	1.880.836	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	327.434	-	(327.434)	-
Déficit em 2020	-	(574.199)	-	(574.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.017.439	(574.199)	21.314.452	25.757.693

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

01 - Contexto Operacional: A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação é uma Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de Assistência Social, conforme o artigo 2º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 50.517, de 2 de maio de 1961, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n.º 8.668, de 26 de janeiro de 1965, Título de Utilidade de Utilidade Municipal, conforme Decreto n.º 8.971, de 28 de agosto de 1970, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nos. 240.544/70, em 09.11.1970, Pedido de Renovação em 18/12/2014, Processo n.º 71000.141741/2014-00, certificado de inscrição na Utilidade Pública Estadual: Certidão SUDC nº 578/2015 - Lei nº 2.574/80 e Cadastro no Pró-Social: D.O.E 07.08.73, Decreto Estadual nº 9.486 de 13.09.1973 - Registro nº 2874, certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, nº 255/2012, Decreto nº 38.877 de 21.12.19 em cumprimento às suas finalidades sociais, a APROSES mantém 37 unidades - filiais incluindo, intituladas como projetos e obras sociais, com repasse de verbas, em parte procedentes do exterior. Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º: a) promover a assistência social em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social - nº 8.732/93 cumulado com o Decreto 6.308/07, guardadas as seguintes diretrizes e limites legais: I - Não fará discriminação de raça, sexo, cor, idade, credo religioso ou político, etnia, gênero, orientação sexual, bem como condição social, o que garantirá a universalidade do atendimento, inclusive para pessoas com deficiência, independentemente de contraprestação do usuário; II - Manterá a finalidade pública, sempre que financiada pelo Estado, não obstante possuir natureza privada, e observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, efetividade e congruência.

02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades Sem Finalidades de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

03 - Formalidade da Escrituração Contábil Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

04 - Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03) Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26 R3) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; **b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; **c) Ativos circulantes e não circulantes. - Contas a receber de clientes:** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e/ou contratado. **d) Imobilizado:** - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC - TG 27)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **e) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargo incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. - **Provisões** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **f) Passivos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **g) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **h) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **i) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. **ii) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

	2020	2019
Receitas	29.731.833	28.062.828
Despesas	30.306.032	29.943.464
Resultado	(574.199)	(1.880.836)

05 - Clientes e Outros Recebíveis e Outros Ativos Circulantes: Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.

	2020	2019
Disponível	2.540.240	1.075.854
Doadores Nacionais - Outros	1.530	14.275
Clientes	411.117	136.622
Antecipações a Colaboradores	151.930	183.007
Pagamentos Antecipados	345.468	168.165
Créditos Diversos	369.743	275.415
Subvenções e/ou Convênios Públicos a Receber	746.154	1.970.554
Ativo Circulante	4.566.181	3.823.891

06 - Ativo Não - Circulante (Realizável a Longo Prazo)
 Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, onde consistem de valores cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente.

	2020	2019
Ativo Intersociadas	402.423	4.000
Contas A Receber a Longo Prazo	-	30.231
Subvenções e/ou Convênios Públicos a Receber	688.720	1.433.314
Ativo Não Circulante - RLP	1.091.143	1.467.545

07 - Ativo Não - Circulante (Imobilizado): Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou doação, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil, combinado com os seguintes aspectos:
 • Reavaliação de parcela dos bens (terrenos e edifícios), com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada; • Depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 7, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. • As taxas anuais de depreciação são as seguintes: (a) Edifícios - entre 1,61% e 5% ao ano; (b) veículos - 20% ao ano; (c) benfeitorias - 4% ao ano; (d) computadores e periféricos - 20% ao ano; (e) ferramentas - 10% ao ano; (f) instalações - 10% ao ano; (g) máquinas e equipamentos - 10% ao ano; (h) móveis e utensílios - 10% ao ano; (i) softwares - 20% ao ano; (j) equipamentos de telecomunicações - 10% ao ano. • Em 2012, a entidade aprovou laudo de avaliação de terrenos e edifícios emitido por empresa especializada e credenciada. Em consequência, foi contabilizado o ajuste de avaliação, no montante de R\$21.314.451,70 a crédito de reserva específica no patrimônio social. • Na avaliação efetuada foram considerados os seguintes aspectos: Para determinados imóveis, considerando a sua localização, tipo de construção, conservação e valorização imobiliária, foi impraticável segregar ou atribuir valor aos terrenos e construções. Em decorrência, para alguns imóveis foram atribuídos valores somente para os terrenos e em outros casos a avaliação foi efetuada de forma geral, sem atribuir valor aos terrenos e construções. No caso dos terrenos recebidos em doação, cuja documentação contém cláusula restritiva quanto à possibilidade de venda do terreno (a entidade não pode aliená-lo sob qualquer hipótese), a avaliação foi efetuada somente para as edificações e, por esse motivo, estão apresentadas na rubrica "Benefícios em terrenos com restrições".

Descrição	Valor		Taxa de Depreciação
	dos Bens		